

CONFERÊNCIA REGIONAL DA UGI 1998 – SESSÕES PARALELAS
ORGANIZADAS PELA COMISSÃO “GEOGRAFIA E ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA” E PELA COMISSÃO “MAPA POLÍTICO MUNDIAL”,
LISBOA, 31 AGOSTO-2 SETEMBRO 1998

CARLOS NUNES SILVA¹

As Comissões da UGI “Geografia e Administração Pública” (CGAP) e “Mapa Político Mundial” (CMPM) realizaram três sessões paralelas à Conferência Regional da UGI 1998, uma das quais em conjunto, organizadas por Carlos Nunes Silva (Universidade de Lisboa) e presididas por Max Barlow (Universidade de Concordia-Canadá), a da CGAP, por André-Louis Sanguin (Universidade de Paris-Sorbonne), a da CMPM, e por Petr Dostal (Universidade Charles-Praga), a sessão conjunta. Foram apresentadas 31 comunicações da responsabilidade de investigadores de 14 países. Assistiram ao conjunto das sessões cerca de 120 participantes.

A reunião promovida pela Comissão “Geografia e Administração Pública” teve como tema central *“The restructuring and reform of local and regional services”*. O principal desafio colocado aos conferencistas foi o de discutir as mais recentes transformações na organização da administração regional e local. Foram apresentadas 12 comunicações da responsabilidade de 16 investigadores provenientes de 10 países: Alemanha, Austrália, Canadá, Dinamarca, Holanda, Hungria, Polónia, Portugal, Reino Unido e República Checa. As comunicações distribuíram-se por 8 sub-temas: sistema de administração regional, desenvolvimento económico, políticas ambientais, gestão de infra-estruturas, governo metropolitano, reorganização do Estado-Providência, reforma dos sistemas de finanças locais, descentralização e participação: Eva Perger – *“Role of local government in local and regional economic development in Hungary”*; Kristina Keresztély – *“Decentralization and new strategies of the state in the development of Budapest”*; Margarida Queirós – *“New directions for an environmental ethics in land use and decision-making”*; Martin Volk – *“Integrated landscape development strategies for the Dessau region, Eastern Germany: concepts and cooperation with governmental authorities”*; Adam Hood – *“The Gabčíkovo Hydro scheme on the Danube”*; Max Barlow, Martin Hampl, Petr Dostal – *“Changing Regional Administration in the Czech Republic”*; Teresa Czyz – *“The territorial organisation*

¹ Professor Auxiliar da Universidade de Lisboa. Investigador do CEG (Endereço do CEG no início do volume). E-mail: carlos.silva@fc.ul.pt

reform and the regional structure of Poland”; Carlos Nunes Silva e Margarida Pereira – “*Metropolitan government in Portugal*”; Frank Hansen e Carlos Nunes Silva – “*Transformations and continuity in welfare states in Europe after World War II*”; Jiri Blazek – “*Changing system of local government finances in the Czech Republic and possible future implications of EU structural funds on Czech local government*”; Jan Groenendijk – “*Dutch housing policy decentralized: a step towards local autonomy?*”; Nirmala Rao e Ken Young – “*The dynamics of decentralisation: local experiments in Britain*”.

A diversidade dos temas tratados pelos participantes reflecte bem a complexidade dos problemas que se colocam à administração do território neste final de século, com temas recorrentes e comuns em quase todos os países europeus. Se a reorganização da estrutura vertical do Estado, preocupação em todos os países da Europa, é prioritária nos países da Europa Central e Oriental, onde decorre um processo de transição política, nos países da Europa Ocidental as preocupações centram-se também na reestruturação do sistema do Estado-Providência, bem como na administração das grandes áreas urbanas e nas formas de externalização de funções da administração para o mercado. Um exemplo daquela primeira situação é o caso da reforma da administração territorial na República Checa, onde foi aprovada, em 1998, a criação de 14 regiões, as quais se espera venham a ser implementadas a partir do ano 2000 (M. Barlow *et al.*). Os argumentos para a introdução deste nível de administração são em tudo semelhantes aos que são invocados noutros países europeus (T. Czyz), nomeadamente no recente debate sobre a regionalização em Portugal: como uma necessidade de ajustar a prestação de serviços públicos aos seus diferentes limiares geográficos, como uma forma de reduzir a despesa do Estado descentralizando problemas e recursos e como resposta aos efeitos da globalização económica sobre o papel do Estado. Na mesma linha de preocupações se situa a análise sobre a criação de entidades supramunicipais para a gestão das áreas metropolitanas, tendo-se verificado, durante a fase de debate, que o caso português (C.N.Silva, *et al.*) é, no essencial, equivalente ao de muitas outras áreas metropolitanas na Europa, como ficou demonstrado também na comunicação sobre Budapeste (K. Keresztely).

Outra preocupação central prende-se com o sistema de financiamento da administração autárquica tendo as duas comunicações apresentadas sobre esta temática diagnosticado problemas semelhantes na República Checa (J. Blazek) e na Hungria (E. Perger), nomeadamente a questão das receitas próprias e as consequências do seu cada vez maior peso relativo nos orçamentos autárquicos, a questão da relação com os agentes económicos locais, o impacto da integração na União Europeia e os efeitos positivos e negativos previsíveis. A comunicação sobre as transformações do Estado-Providência na Europa (Hansen *et al.*) abordou um dos temas de maior actualidade para a Geografia da Administração Pública, pelas implicações sociais e económicas que induz, mas também pelas implicações que o seu processo de reforma pode vir a ter ao nível das disparidades geográficas, agravando ou atenuando o fosso entre regiões (países) ricas e pobres. A temática ambiental esteve directamente presente em três comunicações: uma sobre as questões éticas que se colocam no planeamento e nos processos de decisão (M. Queirós), outra sobre planeamento físico integrado (M. Volk) e uma terceira, sobre os problemas que se colocam na gestão de áreas de fronteira com carac-

terísticas ambientais especiais (A. Hood). Por último, a questão transversal a todas estas, a da descentralização e participação, foi abordada em duas comunicações, uma sobre a experiência de descentralização das competências do Estado no domínio da habitação na Holanda (J. Groenendijk) e outra sobre experiências locais de descentralização no Reino Unido (N. Rao *et al.*), um processo com paralelo noutros países europeus e em que as preocupações com a eficiência das organizações e sua eficácia parecem ser os vectores determinantes.

A reunião promovida pela Comissão “Mapa Político Mundial” teve como tema central *“The end of High Seas: geopolitics of the Atlantic”*. Foram apresentadas 12 comunicações da responsabilidade de 13 investigadores oriundos de 5 países: Canadá, Chile, França, Gabão e Reino Unido. As comunicações distribuíram-se por 3 grandes sub-temas: geopolítica, fronteiras marítimas e gestão dos domínios marítimos, pesca e ZEE: Danièle Auffray – *“L’arc Atlantique: réalité historique et enaissance des annés 1990. Quel avenir pour le XXIe siècle?”*; Guy-Serge Bignoumba – *“La pêche maritime et les Etats de l’Afrique de l’Ouest”*; Neville Brown – *“Ballistic missile defense and the atlantique”*; George Labrecque – *“Les îles comme circonstances pertinentes à la délimitation maritime devant les tribunaux internationaux”*; Joel Le Bail – *“La gestion des ressources biologiques maritimes”*; Jacques Marcadon – *“Les frontières maritimes ne sont pas un obstacle aux transports”*; Albert-Didier Ogoulat – *“La façade atlantique de l’Afrique d’Ouest et l’ocean aujourd’hui: quelques aspects géostratégiques et géopolitiques”*; Andre-Louis Sanguin – *“Le colporteur des mondes: penser l’Atlantique en géopolitique. The pedlar of the worlds: thinking Atlantic in Geopolitics”*; Herman Santis-Arenas – *“Chile and the South Atlantic”*; François Taglioni – *“Les revendications frontalières maritimes dans le bassin caraibe: état des lieux et perspectives”*; Petr Dostal e Martin Hampl – *“Globalization: processes of integration or polarization”*. Estas comunicações, à excepção da última, foram publicadas, com mais quatro sobre temas conexos, num número especial da revista *Noréis* (nº 180, Outubro-Dezembro 1998) com o título *“L’Atlantique et les Géographes”*. Foi uma sessão em que predominou a Geografia francófona e foi claramente pan-Atlântica na medida em que estes temas foram discutidos em relação quer ao Atlântico Norte quer ao Atlântico Sul e, por outro lado, porque foram abordados por especialistas de 5 países, embora com uma maioria de geógrafos franceses. O facto de nenhum geógrafo português ter apresentado comunicação parece bem revelador do pouco interesse que esta questão tem suscitado na Geografia portuguesa, apesar da sempre invocada tradição marítima do país. Para além dos conflitos de diferente tipo que se verificam no Atlântico, o que sobressai das comunicações apresentadas nesta sessão e do debate que se lhe seguiu é a necessidade de perspectivar o Atlântico como uma unidade ecológica indivisível e de implementar um sistema de gestão a uma escala supranacional, domínios onde os geógrafos poderão dar um contributo decisivo.

A reunião promovida em conjunto pela Comissão “Geografia e Administração Pública” e pela Comissão “Mapa Político Mundial” teve como tema central *“Ethnicity and territorial self-government”*. Foram apresentadas 7 comunicações da responsabilidade de 7 investigadores provenientes de 5 países: Canadá, Estados Unidos da América, França, Holanda e Reino Unido. Também neste caso não houve nenhuma partici-

pação portuguesa. As comunicações apresentadas distribuíram-se por 3 sub-temas: (a) autonomia territorial, nacionalismos e minorias nacionais, (b) o Estado multinacional e a questão da autonomia territorial em regiões de alta montanha, (c) globalização e integração: Petr Dostal – “*Ethnicity and territorial self-government: modernity, ethno-political mobilization and territorial autonomy*”; Max Barlow – “*Substate nationalism, decentralized federalism, and supranational economic integration: the Canada-Quebec situation in geographical perspective*”; Geofry Parker – “*Alternative Political Geographies in Atlantic Europe: the Idea and the Reality of the Non-State Nation*”; Andre-Louis Sanguin – “*The territorial autonomy within the European Union’s high mountain regions: Aosta Valley (Italy) and Val d’Aran (Spain)*”; Edwin Bakker – “*Territorial self-determination: the case of Slovakia’s Hungarian minority*”; Jan Markusse – “*Ethnonational identity and modes of autonomy: Germans in Belgium and Alto Adige*”; C.Murray Austin – “*Globalization and the social construction of geographic identities*”.

A temática das minorias e das respectivas formas de autonomia territorial foi tratada em várias comunicações (E.Bakker; J.Marcuse; A.L.Sanguin), sendo as teses principais favoráveis à autonomia de carácter autárquico enquanto forma que melhor responde às exigências de algumas minorias étnicas ao mesmo tempo que permite satisfazer as condições necessárias à afirmação do Estado-Nação. Foi também apresentada evidência empírica sobre a grande variedade de opções que se colocam aos governos quando se trata de outorgar condições de autonomia a estas minorias, étnicas e (ou) linguísticas. Por último, foram apresentadas e discutidas as consequências económicas, políticas e culturais da globalização sobre a formação das identidades *geo-étnicas* (C. Austin) tendo sido defendido que a fragmentação política resultante da globalização poderá vir a ter efeitos económicos negativos e inviabilizadores, a prazo, dessas novas unidades políticas.

Não obstante a diversidade dos assuntos tratados nas três sessões, houve muitos temas de grande actualidade na Geografia Política e da Administração Pública que não foram abordados, nomeadamente as questões relacionadas com as novas formas de governabilidade local, regional e internacional. Como balanço global importa reter o vasto movimento de renovação das temáticas e das abordagens nestes dois ramos da Geografia Humana, sobretudo ao nível dos estudos das políticas públicas, onde se verifica um diálogo cada vez mais estreito entre a Geografia, a Sociologia e a Ciência Política.